



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

www.dpp.pt

DINÂMICAS DE CRESCIMENTO E PROCESSOS DE CONVERGÊNCIA REGIONAIS

**NATALINO MARTINS
DPP**

COMUNICAÇÃO À SPEBT / CSE

INE, 25/03/2011

Baseado em:

MARTINS, N. e BARRADAS, S. (2009), Convergência Económica das Regiões Portuguesas 1995-2006, Documento de Trabalho nº 2/2009, DPP;

http://www.dpp.pt/pages/files/Convergencia_Regioes_95-2006.pdf

MARTINS, N. e BARRADAS, S. (2009), Dinâmicas Territoriais de Crescimento 1995-2006, Documento de Trabalho nº 9/2009, DPP;

http://www.dpp.pt/pages/files/Dinamicas_Territoriais.pdf

Objectivos da comunicação:

- 1. Apresentação de alguma evidência sobre o crescimento económico nas sub-regiões portuguesas e os consequentes movimentos de convergência económica, entre 1995-2000 e 2000-2006**
- 2. Ilustração de possibilidades de exploração das Contas Regionais do INE na base de três variáveis: VAB, Emprego e População Residente, embora não se esgotem todos os aspectos abordados nos documentos de trabalho**

- 1. Opções metodológicas de base: períodos e agregações sectoriais**
- 2. Crescimento económico nas sub-regiões portuguesas, entre 1995-2000 e 2000-2006**
 - **Sectores de especialização e crescimento**
 - **Sub-regiões chave para o crescimento nacional do VAB**
 - **Factores explicativos do crescimento (emprego e produtividade)**
- 3. Processos de convergência das sub-regiões portuguesas em termos de produtividade e VAB *per capita***
- 4. Conclusões**

1. Opções metodológicas de base:

Períodos:

- **1995-2000 Crescimento económico médio da ordem dos 4% ano**
- **2000-2006 Desaceleração do crescimento económico para os 1,2% ano**

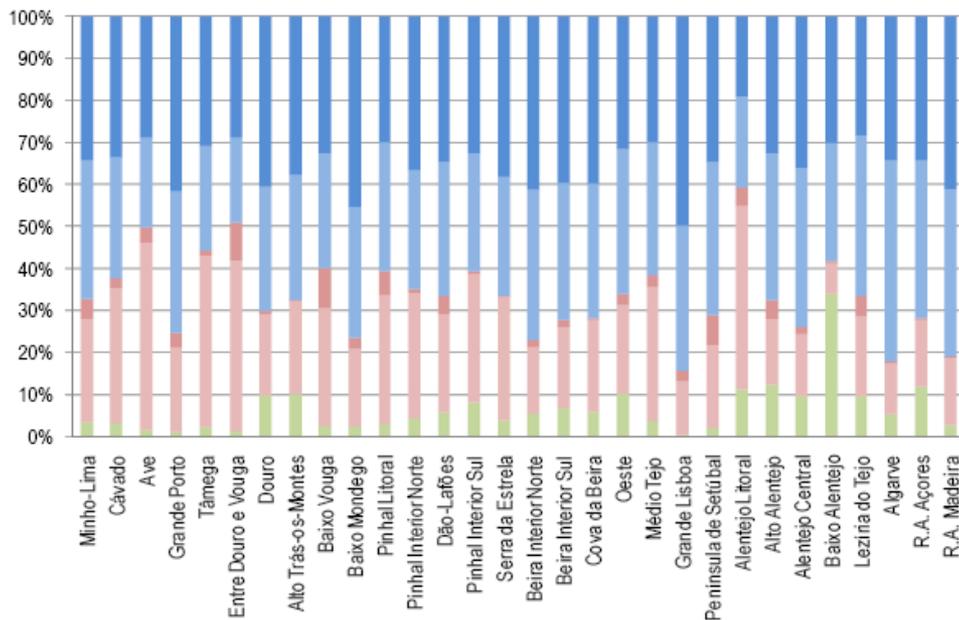
Agregações sectoriais complementares para evidenciar:

- **Conteúdos tecnológicos na indústria e de conhecimento nos serviços**
- **Transaccionabilidade / amplitude de mercados das actividades**
- **Factores de competitividade da indústria transformadora**

Agregação dos
sectores segundo
o nível
tecnológico e a
intensidade de
conhecimento:

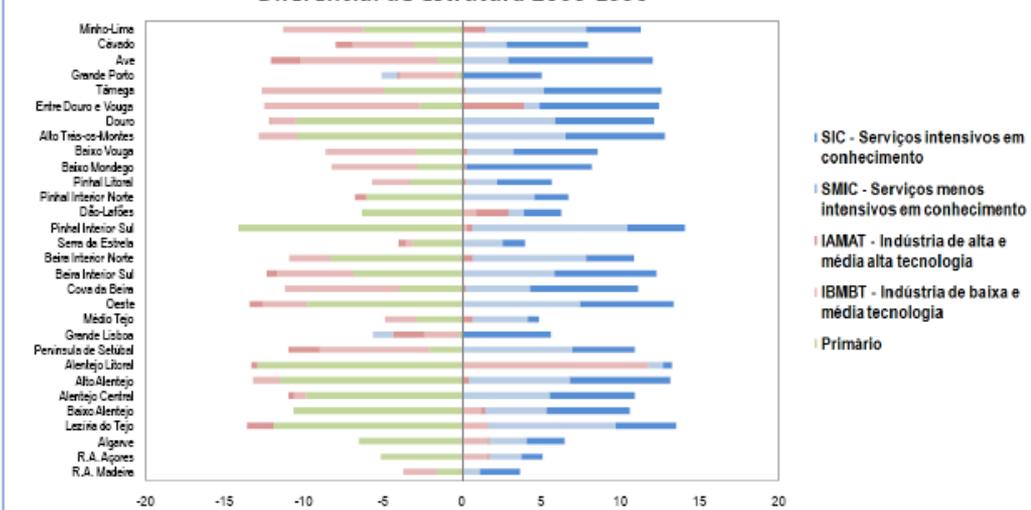
Sectores	A31 – CAE (Rev. 2)
Primário	AA - Agricultura, produção animal, caça e silvicultura BB - Pesca C - Indústrias extractivas
IBMBT - Indústria de baixa e média baixa tecnologia	DA - Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco DB - Indústria têxtil DC - Indústria do couro e dos produtos do couro DD – Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras DE - Indústrias de pasta e de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão DF - Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear DH - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas DI - Fabricação de outros produtos minerais não metálicos DJ - Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos DN - Indústrias transformadoras n. e. EE - Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água FF – Construção
IAMAT - Indústria de alta e média alta tecnologia (IAMAT)	DG - Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais DK - Fabricação de máquinas e de equipamentos, n. e. DL - Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica DM - Fabricação de material de transporte
SMIC - Serviços menos intensivos em conhecimento	GG - Comércio por grosso e a retalho; reparação de automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico HH - Alojamento e restauração II - Transportes, armazenagem e comunicações excepto marítimos, aéreos e comunicação LL - Administração pública, defesa e segurança social obrigatória OO - Outras actividades de serviços pessoais, sociais e colectivos PP - Famílias com empregados domésticos
SIC - Serviços intensivos em conhecimento	II - Transportes, armazenagem e comunicações, excepto rodoviários e armazenagem JJ - Actividades financeiras KK - Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas MM - Educação NN - Saúde e acção social

Estrutura sectorial 2006



Clara predominância dos serviços em quase todas as sub-regiões (exc. Ave, Entre Douro e Vouga e Alentejo Litoral) Pesos de 40% ou mais dos serviços intensivos em conhecimento (Saúde e Educação) no Grande Porto, Douro, Baixo Mondego, Beira Interior Norte e Sul, Cova da Beira, Grande Lisboa e Madeira

Diferencial de estrutura 2006-1995



Em quase todas as sub-regiões (principal excepção para o Alentejo Litoral) são os serviços que registam maior aumento de peso incluindo, em muitos casos, os serviços intensivos em conhecimento.

Estas variações de estrutura do VAB resultam do facto de terem sido esses sectores que mais contribuíram para o crescimento das sub-regiões.



2. Crescimento económico nas sub-regiões portuguesas, entre 1995-2000 e 2000-2006: Sector de especialização segundo o VAB e crescimento / transaccionabilidade

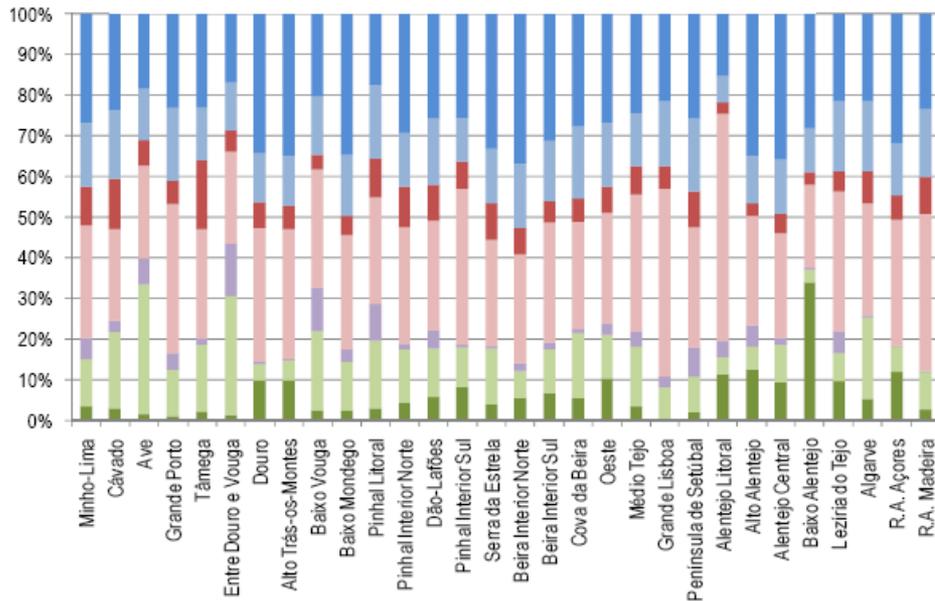
www.dpp.pt

Agregação dos sectores segundo a transaccionabilidade:

	A31 – CAE (Rev. 2)
A1 - Actividades primárias	AA - Agricultura, produção animal, caça e silvicultura BB - Pesca C - Indústrias extractivas
A2 - Actividades exportadoras tradicionais	DB - Indústria têxtil DC - Indústria do couro e dos produtos do couro DD – Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras DE - Indústrias de pasta e de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão DI - Fabricação de outros produtos minerais não metálicos DJ - Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos HH - Alojamento e restauração
A3 - Novas actividades exportadoras	DG - Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais DH - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas DK - Fabricação de máquinas e de equipamentos, n. e. DL - Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica DM - Fabricação de material de transporte
A4 - Actividades orientadas para o mercado nacional	DA - Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco DF - Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear DN - Indústrias transformadoras n. e. EE - Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água II - Transportes, armazenagem e comunicações JJ - Actividades financeiras KK - Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
A5 Construção	FF – Construção
A6 - Actividades com mercados localizados	GG - Comércio por grosso e a retalho; reparação de automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico OO - Outras actividades de serviços pessoais, sociais e colectivos
A7 - Actividades predominantemente não mercantis	LL - Administração pública, defesa e segurança social obrigatória MM - Educação (Adm. Públ.) NN - Saúde e acção social (Adm. Públ.) PP - Famílias com empregados domésticos

2. Crescimento económico nas sub-regiões portuguesas, entre 1995-2000 e 2000-2006: Sectores de especialização segundo o VAB e crescimento - transaccionabilidade

Estrutura sectorial 2006



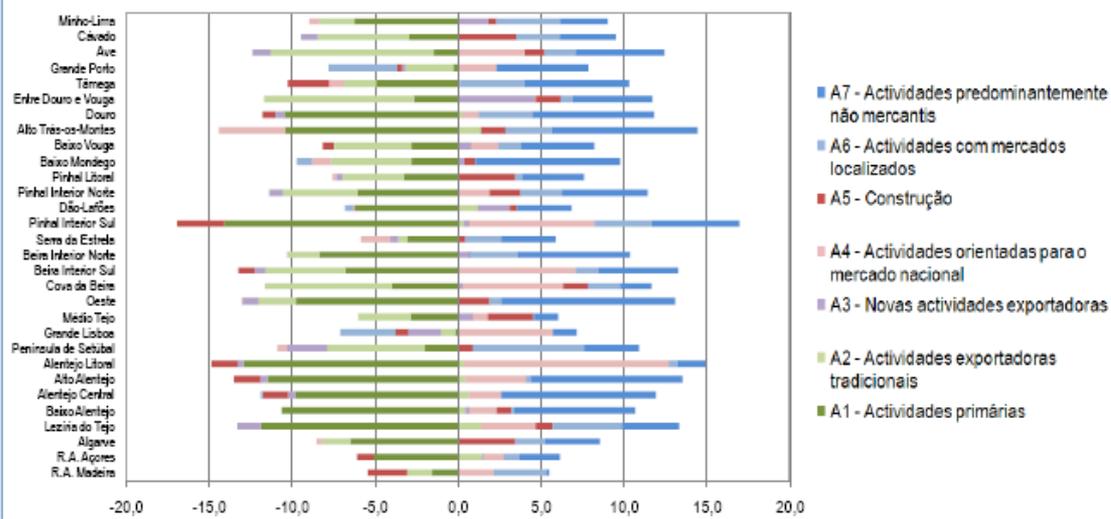
Reflectindo o seu peso a nível nacional, clara predominância dos serviços predominantemente não mercantis (acima dos 30% em várias sub-regiões do Interior e abaixo dos 20% em apenas 3 sub-regiões).

Grande dependência das actividades com mercados de âmbito nacional.

Predominância das exportadoras tradicionais relativamente às novas exportadoras em todas as sub-regiões.

Entre Douro e Vouga, Baixo Vouga, Pinhal Litoral e Península de Setúbal são as sub-regiões que mais se destacam nas novas exportadoras.

Diferencial de estrutura 2006-1995



Com poucas excepções, serviços não mercantis, actividades com mercados locais e nacionais, dominaram o crescimento do VAB nas sub-regiões.



www.dpp.pt

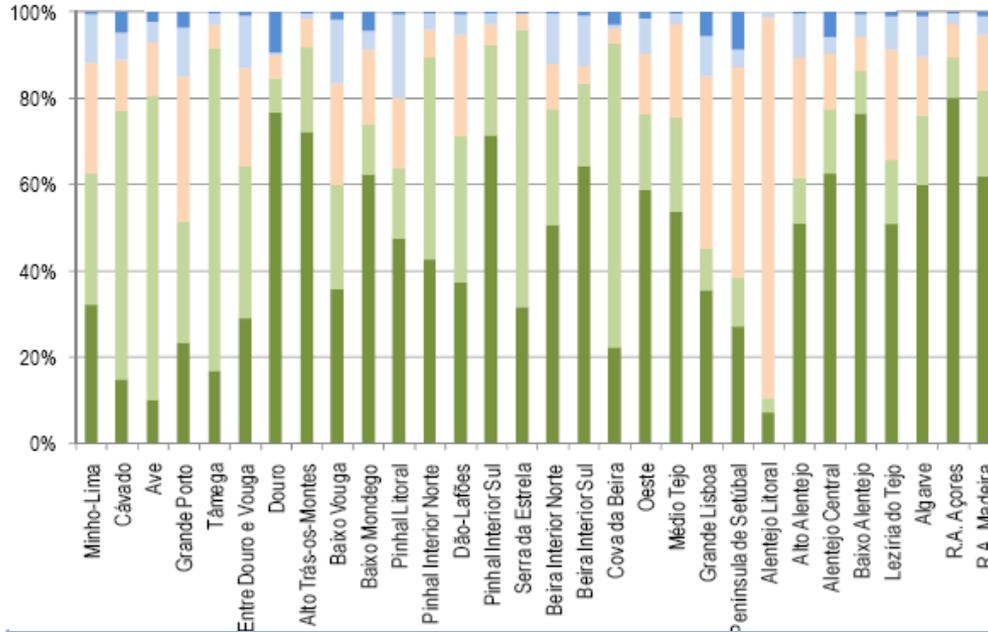
2. Crescimento económico nas sub-regiões portuguesas, entre 1995-2000 e 2000-2006: Sector de especialização segundo o VAB e crescimento / factores de competitividade

Agregação dos sectores industriais segundo os factores de competitividade:

Sectores	A60 – CAE (Rev. 2)
RN - Intensidade em recursos naturais	15 - Indústrias alimentares e das bebidas 16 - Indústria do tabaco 20 - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; fabricação de obras de espartaria e de cestaria 21 - Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos 26 - Fabricação de outros produtos minerais não metálicos
MO - Intensidade em mão-de-obra	17 - Fabricação de têxteis 18 - Indústria do vestuário; preparação, tingimento e fabricação de 19 - Curtimenta e acabamento de peles sem pêlo; fabricação de artigos 28 - Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamento 36 - Fabricação de mobiliário; outras indústrias transformadoras, n.e.
EE - Economias de escala	22 - Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados 23 - Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e tratamento de combustível nuclear 24 - Fabricação de produtos químicos 25 - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas 27 - Indústrias metalúrgicas de base 34 - Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques 35 - Fabricação de outro material de transporte
DP - Diferenciação do produto	29 - Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e. 31 - Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.
I&D - Intensidade em investigação & desenvolvimento	30 - Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação 32 - Fabricação de equipamento e aparelhos de rádio, de televisão e de 33 - Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e de relojoaria

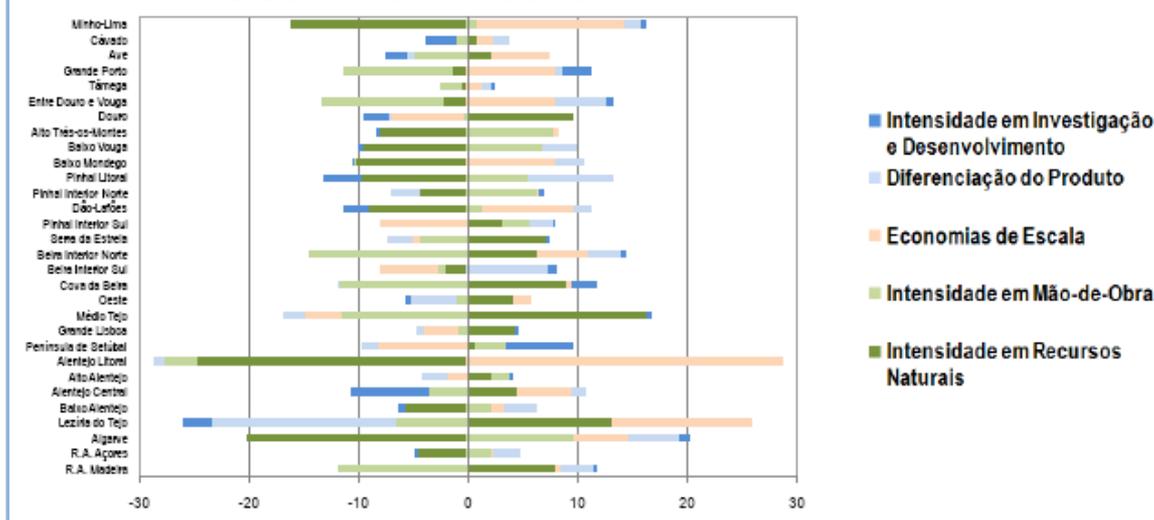
2. Crescimento económico nas sub-regiões portuguesas, entre 1995-2000 e 2000-2006: Sectores de especialização segundo o VAB e crescimento – Factores de competitividade da Indústria Transformadora

Estrutura sectorial 2006



Com excepção do Alentejo Litoral, da Península de Setúbal e da Grande Lisboa (e menos no Grande Porto), onde a indústria baseada nas economias de escala predomina ou é muito importante, as indústrias baseadas nos recursos naturais e na mão-de-obra intensiva predominam em todas as sub-regiões.

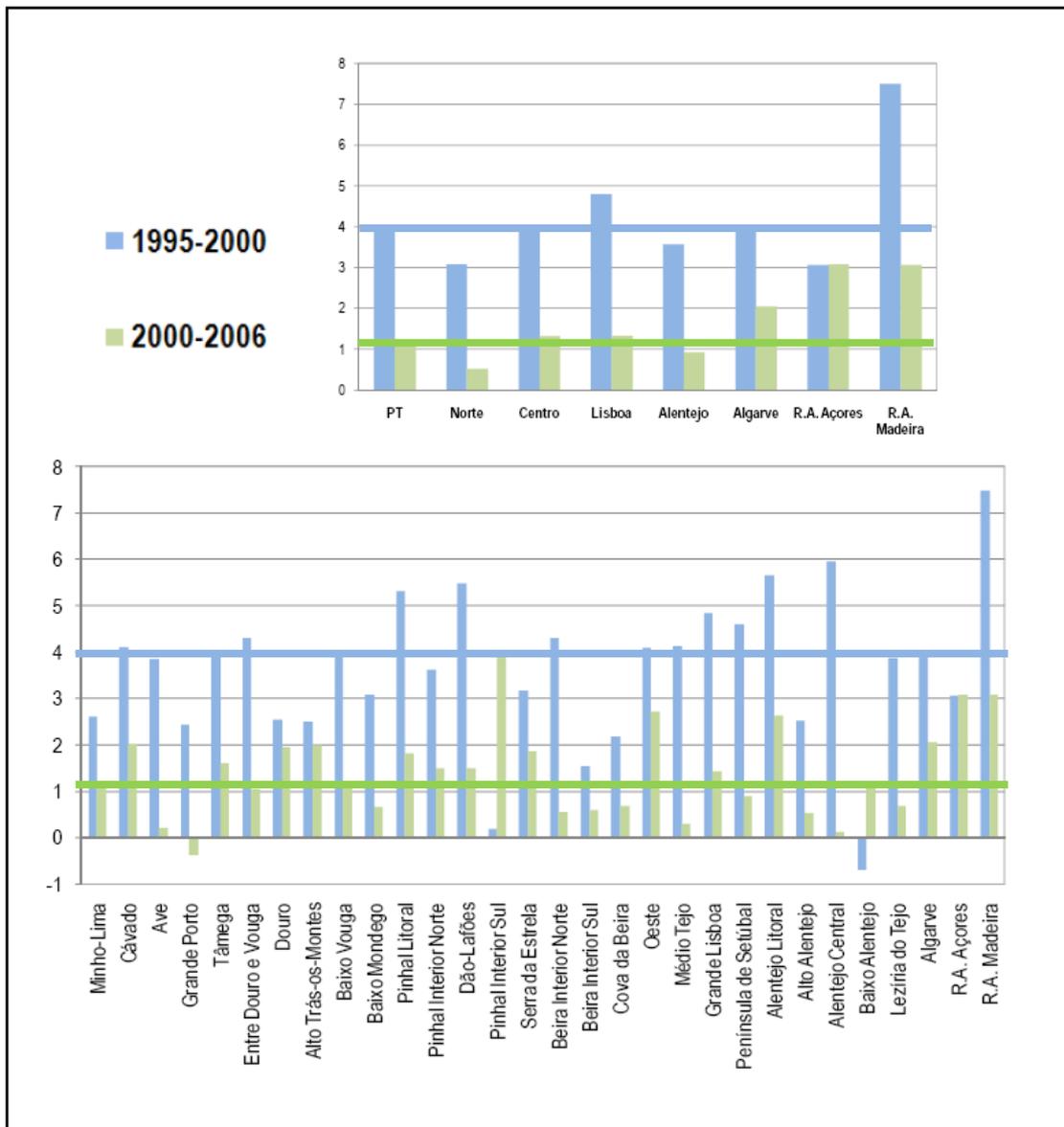
Diferencial de estrutura 2006-1995



Trata-se, no entanto, de uma estrutura de especialização em mudança, pois em várias sub-regiões, a diferenciação de produto, a I&D ou as economias de escala, pesaram significativamente no crescimento dos respectivos VAB industriais. Embora nalgumas sub-regiões aquelas indústrias tenham perdido importância relativa, isso sucedeu mais frequentemente com as indústrias baseadas na mão-de-obra e nos recursos naturais.

2. Crescimento económico nas sub-regiões portuguesas, entre 1995-2000 e 2000-2006: Sub-regiões chave para o crescimento nacional do VAB

Figura 3.1.1 – Taxa de variação média anual do VAB a preços de 2000 (%)

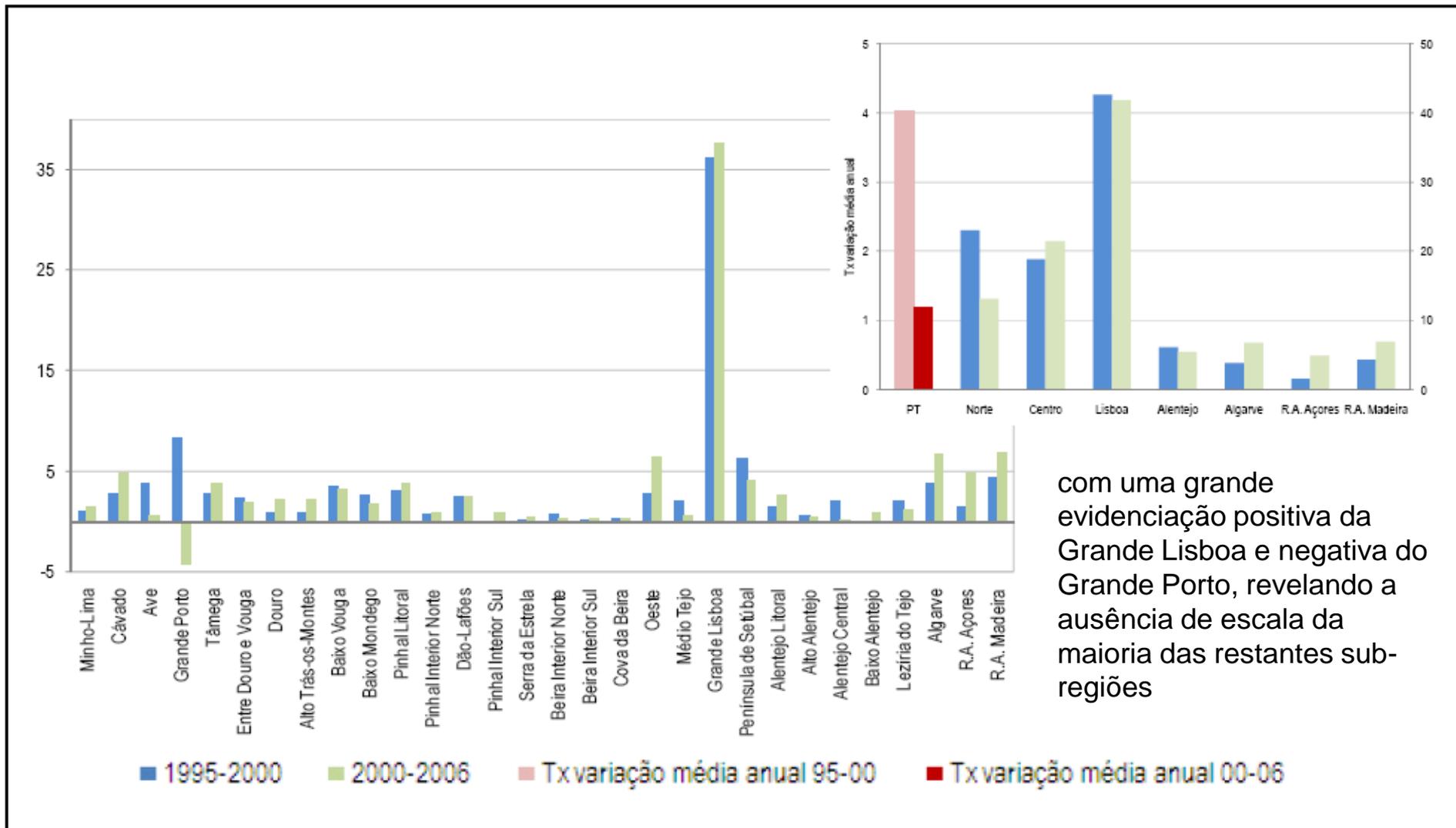


Em 1995-2000 as sub-regiões que mais crescem acima da média são sobretudo do Litoral Centro e Sul, pese embora o Entre Douro e Vouga, o Alentejo Central e a Madeira.

Em 2000-2006, com crescimento mais fraco, há mais ocorrências de crescimentos acima da média fora das sub-regiões mais relevantes no VAB com maior exposição ao exterior (Norte Litoral).

Todavia, quando se olha para os contributos sub-regionais para o crescimento do VAB nacional, o cenário é diferente ... →

Figura 4.1 – Contributos regionais para o crescimento do VAB (%)

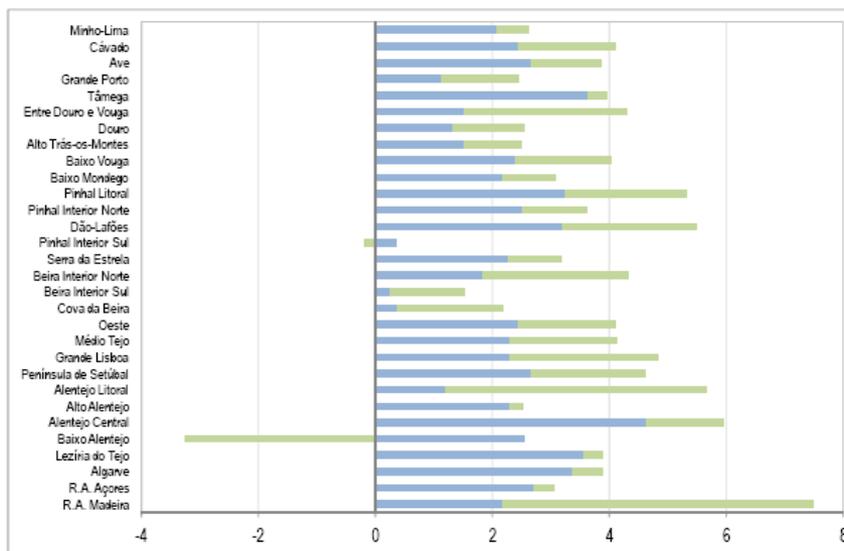
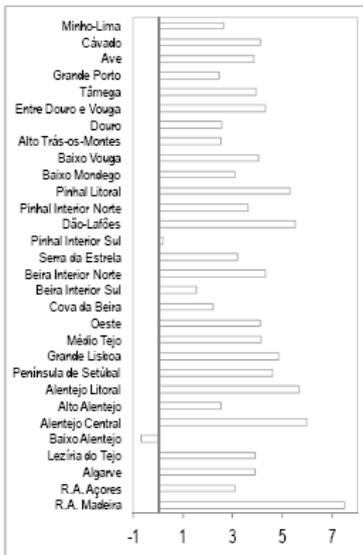


com uma grande evidência positiva da Grande Lisboa e negativa do Grande Porto, revelando a ausência de escala da maioria das restantes sub-regiões

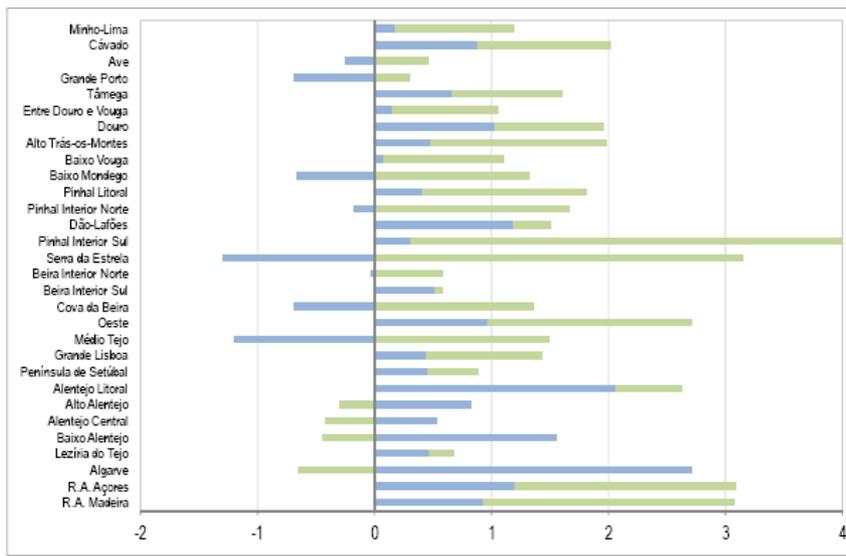
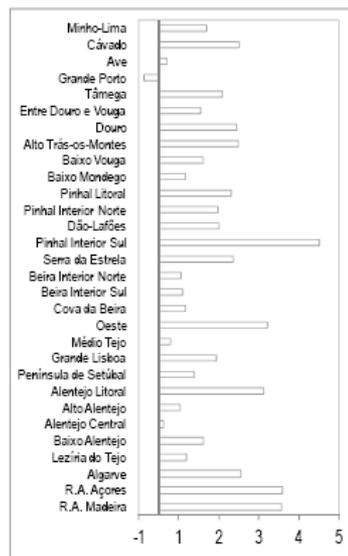


www

1995-2000

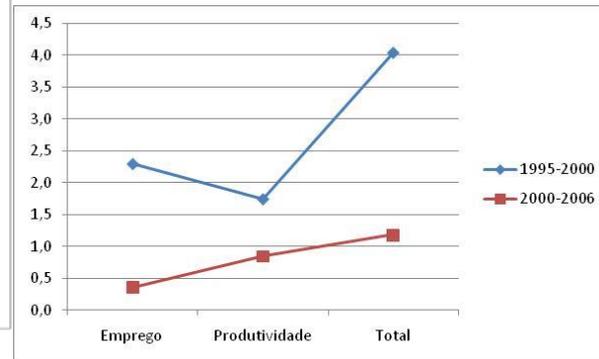


2000-2006



■ Emprego ■ Produtividade

2. Crescimento económico nas sub-regiões portuguesas, entre 1995-2000 e 2000-2006: Factores Explicativos do Crescimento:

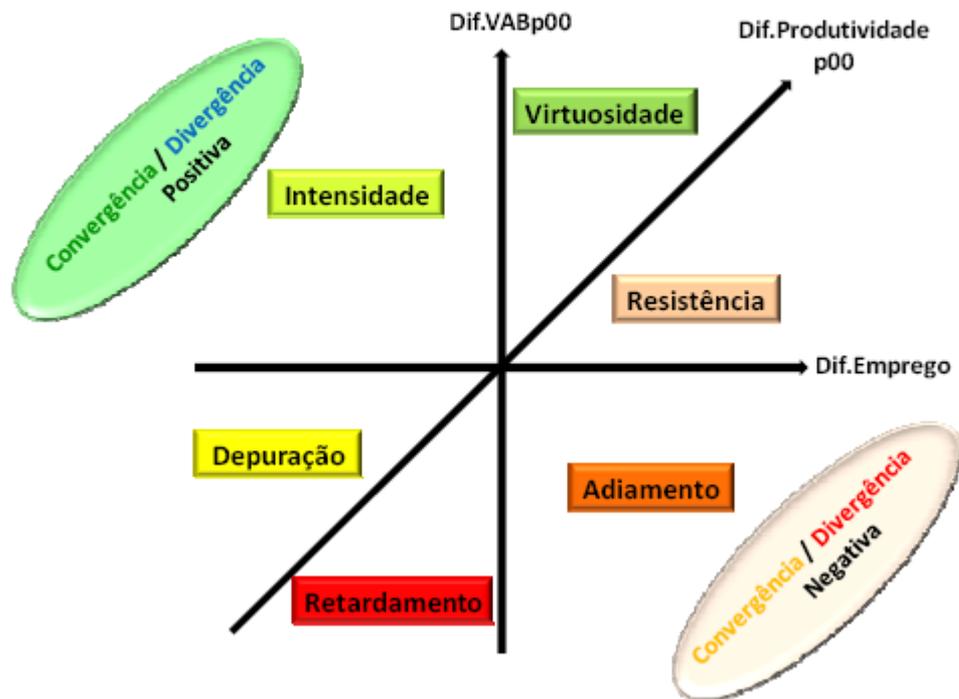


Em 1995-2000 o crescimento foi explicado sobretudo pelo crescimento do emprego, a nível nacional e da quase totalidade das sub-regiões (excepto Madeira, Alentejo Litoral, Grande Lisboa, Beira Interior Norte e Entre Douro e Vouga)

Em 2000-2006 foi a produtividade, com algumas excepções sub-regionais.

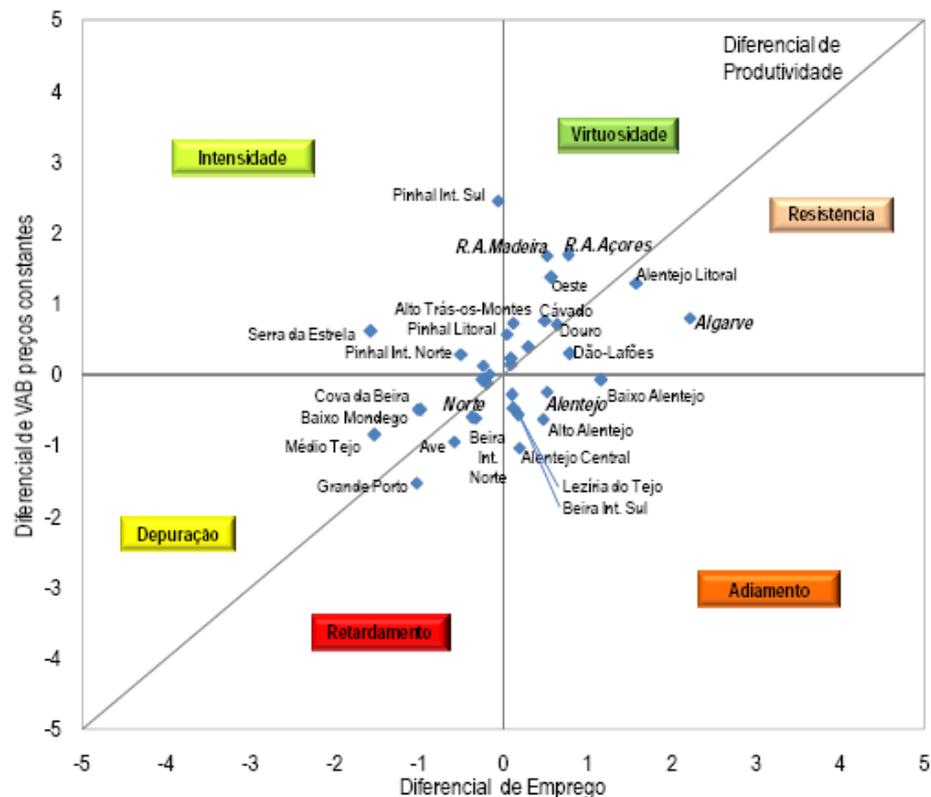
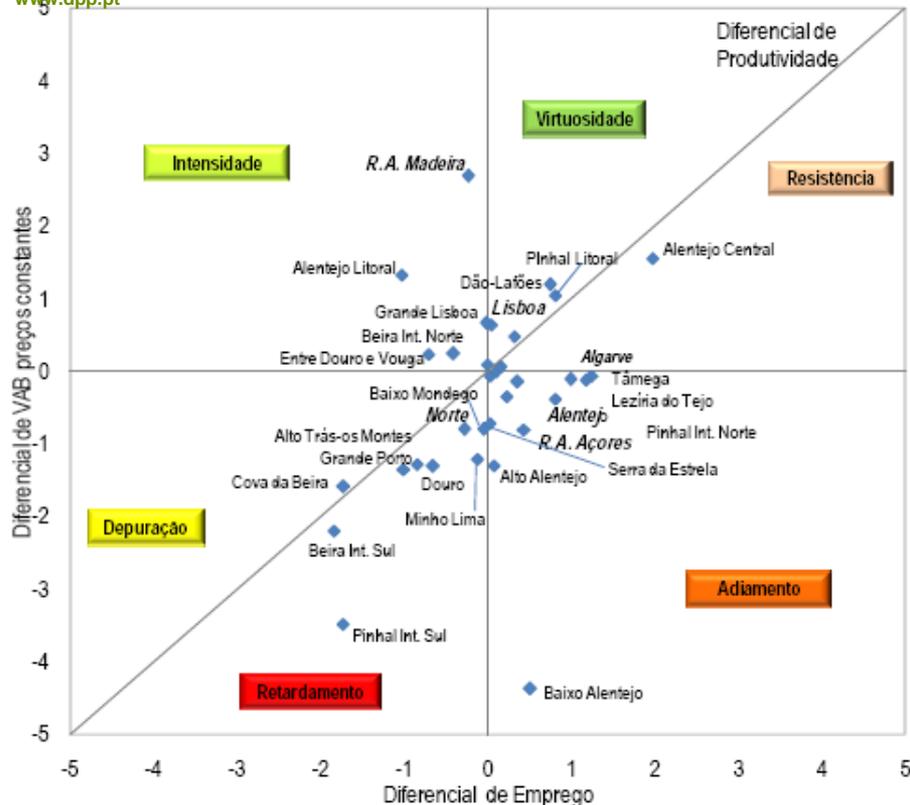
3. Processos de convergência das sub-regiões portuguesas em termos de produtividade e VAB *per capita*

Figura 4.3.1 – Tipologia de classificação dos processos de convergência / divergência na produtividade



Os diferenciais positivos de crescimento da produtividade configuram comportamentos de convergência ou de divergência positivas, e podem traduzir-se em processos de virtuosidade, intensidade ou depuração, consoante os diferenciais combinados de crescimento do VAB e do emprego.

Os diferenciais negativos de crescimento da produtividade configuram comportamentos de convergência ou de divergência negativas, e podem traduzir-se em processos de resistência, adiamento ou retardamento consoante os diferenciais combinados de crescimento do VAB e do emprego.



Grande diversidade de comportamentos.

Positivo em ambos os períodos: Pinhal Litoral na virtuosidade e Cova da Beira na depuração

Negativos: Grande Porto (retardamento) e Alto Alentejo, Lezíria e Baixo Alentejo (adiamento)

Mudanças antípodas: Douro e Trás-os-Montes (de retardamento a virtuosidade) e Pinhal Int. Norte e Estrela (de adiamento a intensidade)

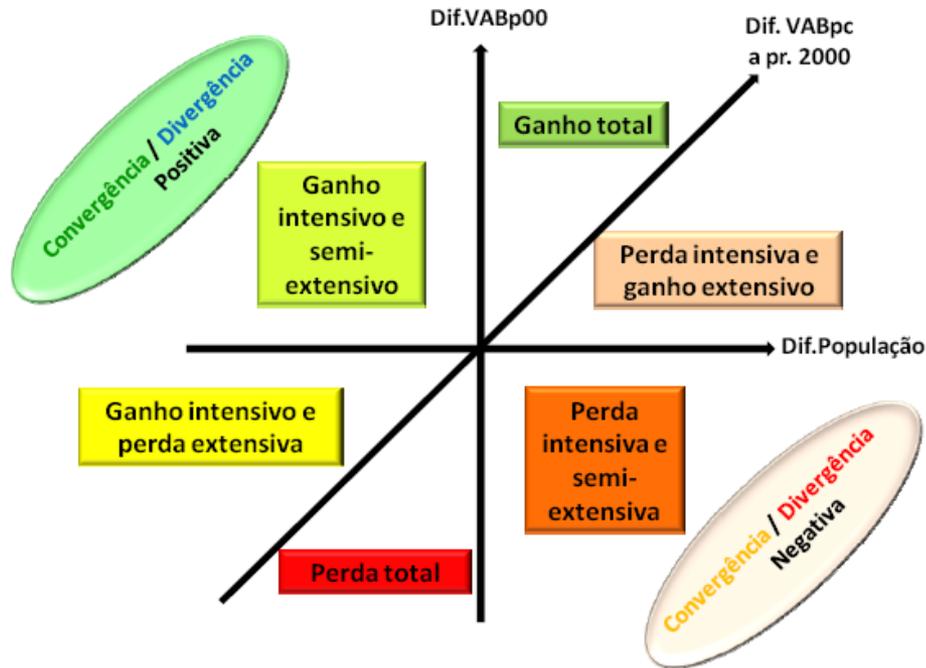
Seis em catorze mudanças de comportamento são contíguas

+Positivos: Passagem da Madeira (da Intensidade) e dos Açores (do adiamento) para a virtuosidade

+Negativos: Vindos da Intensidade, passagem do Alentejo Litoral (para a resistência) e da BI Norte (para o retardamento) e do Dão-Lafões, da virtuosidade para a resistência

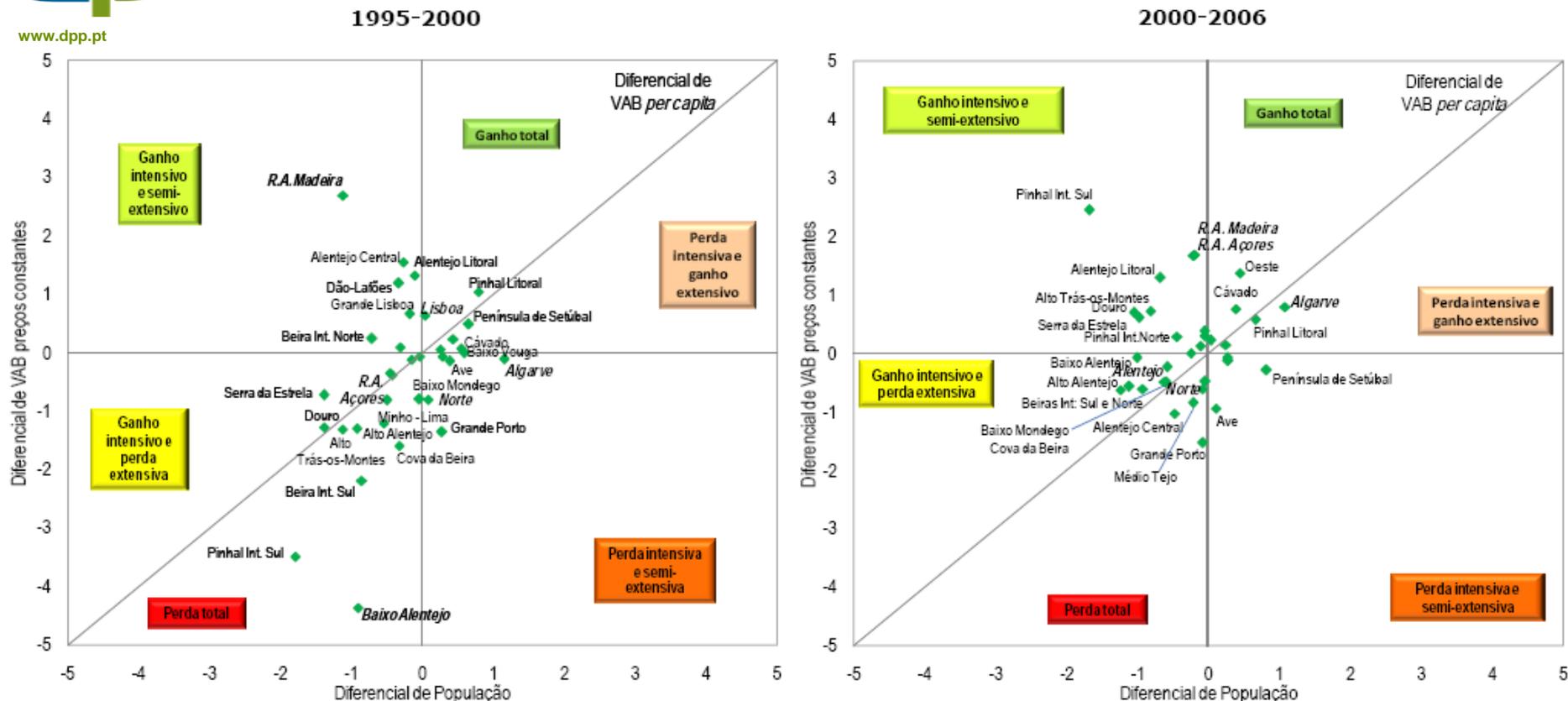
3. Processos de convergência das sub-regiões portuguesas em termos de produtividade e VAB *per capita*

Figura 4.2.1 – Tipologia de comportamentos de convergência / divergência no VABpc em volume



Os diferenciais positivos de crescimento do VAB *per capita* configuram comportamentos de convergência ou de divergência positivas, e, consoante os diferenciais combinados de crescimento do VAB e da população, podem traduzir-se em processos de Ganho total – GT, Ganho intensivo e semi-extensivo – GISE (perde na população) e Ganho intensivo e perda extensiva – GIPE (perde mais na população do que no VAB).

Os diferenciais negativos de crescimento do VAB *per capita* configuram comportamentos de convergência ou de divergência negativas, e, consoante os diferenciais combinados de crescimento do VAB e da população, podem traduzir-se em processos de Perda total – PT, Perda intensiva e semi-extensiva – PISE (perde no VAB) e Perda intensiva e ganho extensivo – PIGE (ganha menos no VAB do que na população).



Grande diversidade de comportamentos.

Positivo em ambos os períodos: Alentejo Litoral e Madeira, com GISE (ganho no VAB e perda na população)

Negativos em ambos os períodos: Ave, com PISE (ganho na população com perda de VAB)

Treze em dezassete mudanças de comportamento são contíguas

+Positivos: Açores, Trás-os-Montes e PI Sul (de PT para GISE) e Bx Mondego, Bx Alentejo, Cova da Beira, BI Sul e Alto Alentejo (de PT para GIPE)

+Negativos: Alentejo Central (de GISE para PT, com inversão de comportamento no VAB) e Grande Porto (de PISE para PT, com inversão de comportamento na população)

4. Conclusões:

Na passagem dos anos 1990 para 2000 há a UEM, o alargamento da UE a Leste, a entrada da China na OMC e o fim do Acordo Multifibras: perda de competitividade da indústria exportadora tradicional sem suficiente escala nas novas exportadoras (também afectadas) – impactos no crescimento nacional e, em particular, nas regiões exportadoras.

Desde as décadas anteriores, crescimento do país muito assente nas actividades não transaccionáveis e, em especial, nas actividades não mercantis, com fortes incidências no Interior e mesmo nalgumas sub-regiões litorais, com sustentabilidade ameaçada pela crise orçamental.

Não há uma sub-região que se possa apontar como escapando à crise de crescimento.

Taxas de crescimento mais elevadas em actividades mais avançadas dos pontos de vista tecnológico e dos factores de competitividade, não se revelam em impactos macroeconómicos, o que se traduz numa eventual “mudança não revelada”, com incidências que poderão ser mais importantes a Norte e Centro Norte.

Não se regista um modelo de convergência / divergência que deixe entender haver uma aproximação / afastamento do Interior em relação ao Litoral, as convergências registadas parece deverem-se mais às perdas de “velocidade” (ou mesmo de declínio) dos mais avançados.

Para além das melhorias de rigor de que as Contas Regionais careçam, as suas potencialidades analíticas constituem um valor inegável para o conhecimento territorial da economia nacional.